

## **O Posicionamento Ideológico do Partido da Social Democracia Brasileira<sup>1</sup>**

**Soraia Marcelino Vieira<sup>2</sup>**

Universidade Estadual do Norte  
Fluminense Darcy Ribeiro – UENF  
[soraiamarc@yahoo.com.br](mailto:soraiamarc@yahoo.com.br)

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) surgiu no cenário partidário brasileiro, em 1987, como uma opção de centro esquerda. Os parlamentares que saíram do PMDB e fundaram o PSDB se consideravam a ala mais progressista e à esquerda daquele, e organizaram o partido com inspiração no ideário social-democrata. Durante sua história o partido migrou da centro-esquerda para a centro-direita, mas mesmo assim continuou reivindicando a identidade social-democrata. Contudo, o partido apresenta poucas afinidades com esta corrente ideológica, como podemos observar ao analisar seus documentos.

Palavras chave: PSDB, posicionamento ideológico, ênfase temática.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Quarto Congresso Uruguio de Ciencia Política “La ciencia Política desde el Sur”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 14-16 de noviembre de 2012.

<sup>2</sup> Bolsista de Apoio ao Ensino - FAPERJ

## **Introdução**

De acordo com os analistas do sistema partidário brasileiro, o PSDB nasceu na centro-esquerda e migrou para a centro-direita. Tal movimento pode ser observado, principalmente, quando se analisa o posicionamento dos legisladores do partido nas votações nominais, e seu auto-posicionamento, e ocorreu a partir do momento em que o partido entrou na coalizão de governo, esta mudança pode levar-nos a pensar que houve uma alteração em seu programa.

Considerando que o principal elemento indicativo desta alteração é o posicionamento do partido em relação aos temas macro-econômicos, a análise dos documentos do partido é uma importante técnica para identificar possíveis mudanças programáticas com relação a esta e outras temáticas.

Deste modo, será possível verificar se há ou não alteração programática do partido durante os anos em que esteve à frente do executivo federal, e, se, as políticas adotadas pelo partido no período em que esteve no governo (abertura do mercado, privatização, entre outros) já estavam presentes em seus programas ou constituem um novo enfoque.

Neste trabalho é apresentada a técnica de análise de conteúdo com uma aplicação diferente da que tem ocorrido. Normalmente os pesquisadores utilizam este método para comparar as ênfases temáticas de diferentes partidos, neste artigo o utilizamos a fim de observar rupturas e permanências programáticas em um mesmo partido.

O PSDB foi escolhido por apresentar uma trajetória interessante, nasceu na oposição, esteve no governo e voltou a oposição depois de 8 anos. O partido lançou 3 manifestos que coincidem com estes momentos nascimento-governo-oposição, e mudou seu posicionamento no espectro ideológico, como dito anteriormente, da centro-esquerda para a centro-direita. O argumento aqui defendido é que esta mudança não constitui uma novidade, de fato.

Ao analisar a história do partido, contatamos que a escolha de seu nome não foi algo consensual, assim como escolher seu posicionamento ideológico, também não o foi. Defendemos que embora se autodenomine social-democrata o partido possui mais

divergências que similitudes com relação a esta orientação ideológica, por meio da análise dos manifestos do partido, procuraremos explicitar essa posição.

Este artigo está dividido em 4 partes além desta introdução e das considerações finais, na primeira parte do texto, retomamos as discussões acerca do “deslocamento ideológico do PSDB”, analisamos alguns dados das votações nominais (1), e auto-posicionamento (2), a fim de examinar esse deslocamento e o perfil do partido. Em seguida, exploramos os seus manifestos (3), destacando os pontos que, a princípio, poderiam sinalizar a mudança programática, mas que, como demonstraremos, já estavam presentes em seus fundamentos.

## **1.- Comportamento parlamentar do PSDB**

Ao analisar o posicionamento ideológico dos deputados que vieram a formar PSDB durante as votações na Assembléia Nacional Constituinte (ANC) o que se observou foi que estes legisladores estavam mais próximos dos partidos progressistas, como o PT, que do próprio PMDB<sup>3</sup>. Porém, após 1993 é possível observar que o partido se afasta da centro-esquerda, apresentando um posicionamento mais próximo do PFL/DEM<sup>4</sup> que do PT<sup>5</sup>, por exemplo.

Assumimos aqui o princípio teórico de Figueiredo e Limongi (2001), o qual defende que conhecendo o posicionamento do líder é possível antever a votação da bancada, uma vez que os grandes partidos mostraram um alto índice de disciplina. Consideramos, ainda, que os líderes indicam o voto a partir de seu posicionamento ideológico, desse modo, podemos inferir que partidos que estão próximos no espectro ideológico votam de maneira semelhante.

A fim de observar o comportamento do PSDB, tomamos as indicações dos líderes do PT, PMDB e DEM e comparamos com as indicações dos líderes peessedebistas, para o período compreendido entre 1988 (fundação do partido) até 2010.

O gráfico a seguir apresenta os resultados<sup>6</sup>:

---

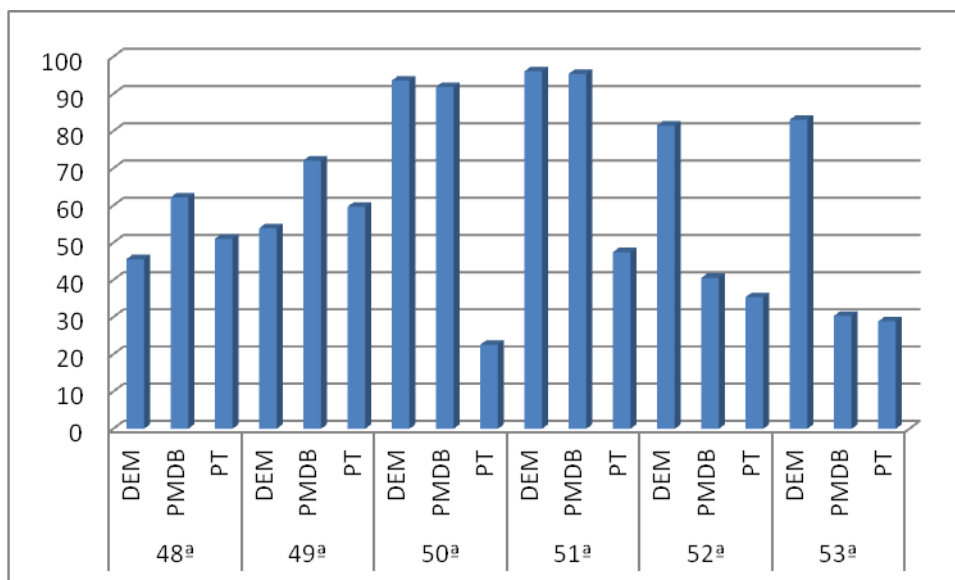
<sup>3</sup> O PMDB foi um dos principais partidos de origem dos legisladores que formaram o PSDB.

<sup>4</sup> O antigo Partido da Frente Liberal (PFL) mudou seu nome para Democratas (DEM) em 2007.

<sup>5</sup> De acordo com os analistas do sistema partidário brasileiro se os partidos forem dispostos em um contínuo ideológico, o PT estaria à esquerda, enquanto o DEM despontaria à direita

<sup>6</sup> As legislaturas compreendem os seguintes períodos  
48ª – 1987-1991                      51ª – 1999-2003

**Gráfico 1** - Porcentagem de indicações dos líderes do DEM, PMDB e PT iguais à indicação do Líder do PSDB



Fonte: organização própria a partir dos dados das Votações nominais do CEBRAP

O gráfico 1 nos mostra que na 48ª e 49ª legislatura, o número de indicações iguais entre as lideranças dos três partidos, aqui apresentados, e do PSDB gira em torno de 50%. Contudo, o que se observa na 50ª e na 51ª legislatura é que as indicações dos líderes do PSDB coincidem em cerca de 90% dos casos com as indicações dos líderes do DEM e do PMDB, o que sinaliza para a mudança do posicionamento do partido em direção à direita, e, por outro lado, aponta para a coerência do posicionamento dos partidos da base governamental uma vez que os três partidos participavam da coalizão de governo e votam de forma semelhante.

Na eleição de 2002 a coalizão (PSDB, DEM, PMDB) perde a presidência da república. PSDB e DEM passam para a oposição e o PMDB integra a base de apoio no governo do PT. O que observamos é que a partir da 52ª legislatura, o PMDB se distancia do PSDB e do DEM e se aproxima do PT, uma vez que compõem a base de apoio do governo petista. Não obstante o PSDB mantém um alto grau de concordância com o DEM.

Com esses dados podemos verificar que a partir da 50ª legislatura o PSDB vota mais afinado com o DEM, direita, e mantém essa postura mesmo após deixar o governo federal. Ao contrário do que defendia Tavares (2003), que o partido apresentaria um perfil ideológico social-democrata mais definido após deixar o governo, o que se observa é que o PSDB se mantém alinhado ao partido de direita. Podemos inferir que ao assumir o governo e se deslocar para a centro-direita, o PSDB deixou vazio o espaço da centro-esquerda, o qual passou a ser ocupado pelo PT, e, mesmo que quisesse voltar a esse ponto do espectro não haveria possibilidade uma vez que já estava ocupado por um grande partido. Além disso, após a eleição de 2002 o PSDB passou a compor a oposição ao governo do PT, desse modo seu posicionamento ideológico permaneceu mais alinhado ao do DEM, também oposicionista.

A partir de 1993, quando o PSDB passa a integrar a coalizão de governo, o partido se desloca para o centro-direita o que gera um realinhamento das forças partidárias nacionais, no qual o PT se desloca da esquerda para o centro-esquerda onde se consolida, o PMDB se mantém no centro e o PSDB passa a ser a opção confiável do eleitor do centro-direita.

## **2- Auto posicionamento**

Nesse tópico vamos discutir o auto-posicionamento<sup>7</sup> dos legisladores do PSDB e o posicionamento atribuído por membros de outros partidos, a partir dos dados das pesquisas realizadas por Timothy Power<sup>8</sup> (1990, 1993, 1997, 2001, 2005 e 2009). Com relação ao auto-posicionamento cabe destacar que é o lugar em que o legislador se coloca na escala direita e esquerda, não se trata de uma percepção externa, mas, da auto-percepção.

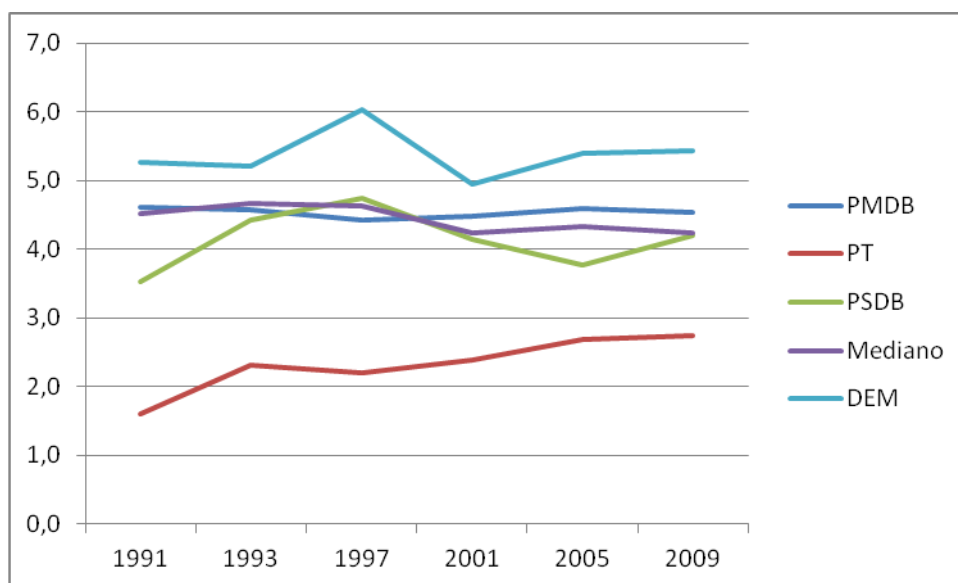
---

<sup>7</sup> A análise do auto-posicionamento dos legisladores brasileiros deve ser feita a luz de um importante conceito, no país existe o fenômeno da direita envergonhada, ou seja, nenhum partido quer ser classificado como partido de direita. Tal fenômeno se deve a dois fatores o primeiro deles vem dos anos 1960/1970, do período do regime militar onde a *direita* era vinculada ao autoritarismo. O segundo é mais recente vem dos anos 1990 quando a *direita* passou a ser associada às reformas neoliberais empreendidas. O que os pesquisadores têm observado é que o fenômeno foi mais visível nos anos 1980, todavia persiste no tempo com menor intensidade. Power e Zucco afirmam que esse fenômeno é durável na cultura da elite política brasileira (Power e Zucco, 2009: 16). Ainda assim podemos observar que os legisladores do DEM se auto-posicionam à direita.

<sup>8</sup> Nessa pesquisa os legisladores brasileiros se posicionam em uma escala que varia entre 0 e 10, onde 0 indica a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita.

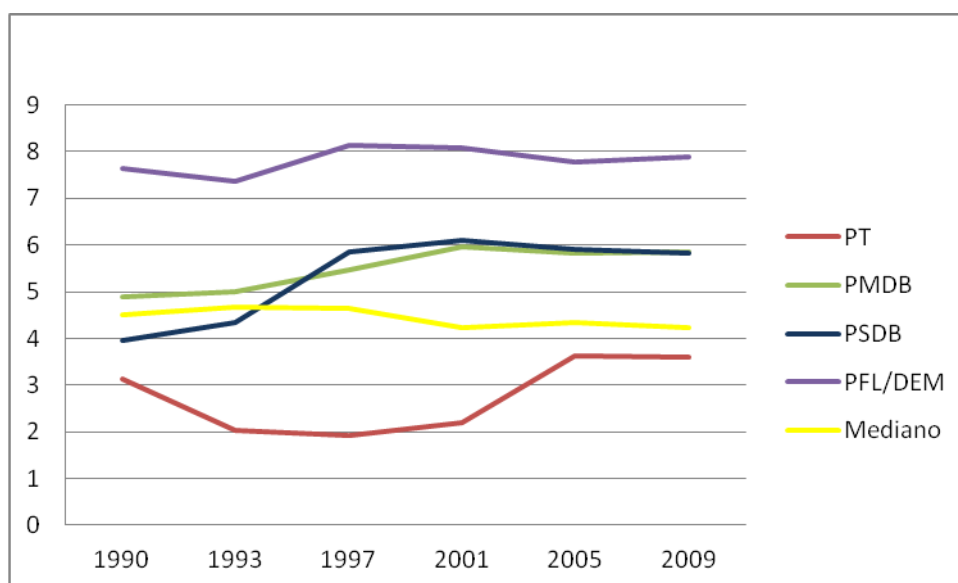
Para termos um parâmetro de comparabilidade utilizamos no gráfico a posição referente aos legisladores do PT, PMDB, PSDB, PFL/DEM e do Mediano do Congresso.

**Gráfico 2 - Auto posicionamento dos deputados federais**



Fonte: Organização própria a partir dos dados Power 1990, 1993, 1997, 2001, 2005 e 2009.

**Gráfico 3 - O posicionamento dos deputados federais de acordo com os outros partidos**



Fonte: Organização própria a partir dos dados Power 1990, 1993, 1997, 2001, 2005 e 2009.

Observando os dois gráficos, podemos constatar algumas diferenças entre o ponto em que o partido se coloca e a classificação que os demais legisladores lhe atribuem. Todos se auto-posicionam mais à esquerda, no primeiro gráfico podemos constatar que nenhum partido ultrapassa a posição cinco, o centro do espectro ideológico. Contudo no segundo gráfico constatamos que o DEM está posicionado mais à direita, e durante todo período se localiza distante do mediano do congresso, o qual apresenta um posicionamento bem próximo ao centro.

O PSDB surgiu no campo da centro-esquerda e inicia uma trajetória de mudança em direção à direita a partir de 1993, após o partido ingressar na coalizão de governo de Itamar Franco. Assim como o PMDB, ao entrar no governo o PSDB se afasta do mediano do congresso o ultrapassando se consolidando na centro-direita. De acordo com os próprios peessedebistas esse movimento ocorreu nos anos 1990, mas nos anos 2000 o partido teria uma postura mais alinhada à centro-esquerda, mas volta a se inclinar à direita em 2004, contudo, nunca ultrapassou o centro do espectro, posição numero 5.

O PMDB sempre esteve à direita do mediano do congresso, não obstante, antes de 1993 estava mais próximo do mediano, ou seja, antes de ingressar na coalizão governista. Após coligar com o PSDB, a posição do PMDB se aproxima muito da posição daquele chegando inclusive a coincidir com ela.

Os dados demonstram o deslocamento do PSDB da centro-esquerda para a centro-direita e nos mostram como ocorreu o realinhamento partidário na Brasil Contemporâneo e como as principais forças políticas firmaram sua posição no espectro ideológico

### **3- Análise de conteúdo**

Depois de observarmos o posicionamento do PSDB nas votações nominais e o auto-posicionamento, passaremos a analisar seus documentos. Como foi possível observar, os dados nos mostram o deslocamento do partido da centro-esquerda para a centro-direita.

A partir do que já foi exposto o que poderíamos esperar, ao analisar os programas encontraríamos alterações programáticas significativas. Pode-se pensar que a mudança no posicionamento ideológico do partido ocorreu devido a mudanças em sua plataforma ou que essa mudança poderia provocar modificações em seu programa,. Neste tópico serão analisados os programas partidários do PSDB.

O programa partidário é a face pública do partido, é onde estão as diretrizes que guiam sua ação. Este documento funciona como um atalho para se estimar o posicionamento do partido em determinados temas. De acordo com Alcantara, 2004 (*apud* Castillo e Perez, 2010: 7): “Os programas estão relacionados, ou denotam símbolos que se referem ao passado dos partidos, são a foto atual que o partido mostra ao exterior”.

Embora saibamos que haja pontos que não estão expressos nesse documento, que nem tudo que está escrito é aplicado na prática e por vezes a prática não reflete o que está escrito, consideramos importante analisar os programas do PSDB a fim de pontuar suas principais ênfases e observar se a mudança ideológica, observada ao analisar as votações nominais e no auto-posicionamento, implica em alterações programáticas, ou são efeito desta.

Apesar da importância de se analisar os programas não descartamos as limitações do método. Não desconsideramos que seja uma análise restrita, uma vez que os programas refletem somente alguns aspectos das posições políticas e ideológicas dos partidos (Ware, 2004). Castillo e Perez (2010) argumentam que os programas são pensados a fim de atrair eleitores, por esse motivo, muito das características do partido não aparecem nesses documentos. Mas reafirmamos que, ainda assim, estudar os programas dos partidos se faz necessário como forma de melhor entender essas organizações.

Desde sua fundação o PSDB publicou três programas: em 1988, em 2001 e em 2007. Esses documentos são estudados a fim de sabermos se há mudanças perceptíveis no posicionamento do partido em relação aos temas categorizados. Tal análise é importante por dois motivos: o primeiro consiste no fato de que o programa é a face pública do partido, consideramos que se trata de um instrumento importante para conhecer os princípios, ideologia, enfim o perfil do partido. O segundo motivo é que cada um dos três programas do PSDB foi publicado em um momento de sua trajetória: o primeiro foi lançado em 1988 – momento da fundação; o segundo em 2001- quando o partido esteve no governo; e o terceiro em 2007 – fase em que o partido está na



oposição. Uma vez que os programas foram publicados em diferentes períodos, e como analisamos anteriormente esses diferentes períodos refletem a mudança do posicionamento do partido no espectro ideológico, procuramos saber se há, nos documentos, sinais dessa mudança. Analisar os programas nessas diferentes etapas nos dará sinais de mudanças e permanências nos ideais do partido.

A fim de analisar os documentos do partido, utilizamos como método *análise de conteúdo*, uma técnica quantitativa para tratamento de dados qualitativos.

O método consiste em classificar unidades de texto (palavras, expressões, frases, de acordo como o documento é segmentado) em categorias de acordo com seu significado para que, a partir de sua quantificação, seja possível criar inferências válidas para o texto original (Tarouco, 2007).

Os programas são separados em sentenças ou semi-sentenças. Cada frase é considerada uma sentença e nos casos em que são abordados mais de um tema em uma frase essa é desmembrada em semi-sentenças. A cada sentença é atribuído um código de acordo com o livro de códigos, anexado no Apêndice I.

A partir da classificação e quantificação é possível conhecer as ênfases que determinados documentos dão a certas questões, além disso, podemos observar a presença ou ausência de pontos pré-determinados. Para tal, utilizamos como base as análises do *Manifest Research Group* (MRG), um programa de pesquisa que estuda as posições e mudanças ideológicas de partidos em países com eleições competitivas. “O MRG tem dois objetivos gerais: estudar quais são os temas políticos que dividem os partidos desde o pós guerra e estimar em que medida convergem ou divergem ideologicamente” (Castillo e Perez, 2010: 9). Nesse trabalho, vamos utilizar esse instrumento para analisar a “evolução programática” do PSDB, ou seja, para verificar se os três programas lançados pelo partido apresentam mais similitudes ou divergências.

Na análise do MRG, os conteúdos dos programas são classificados em 56 categorias. Aqui utilizaremos o esquema adotado por Tarouco (2007) em sua tese de doutorado: serão utilizadas as categorias do MRG, “com acréscimo do grupo de frases não classificáveis em nenhuma categoria e da categoria 306 – Instituições do sistema político, criada para acomodar as diversas ocorrências deste assunto nos manifestos analisados”. Foram excluídas da classificação as duas categorias referentes à comunidade europeia (108- positiva e 110- Negativa) (Tarouco, 2007: 47).

Essa técnica tem sido questionada principalmente no que tange às categorias utilizadas, de acordo com os críticos<sup>9</sup> “as categorias elaboradas e utilizadas no banco de dados do CMP são posicionais e não traduzem ênfases temáticas”. A decomposição de algumas categorias com “positivo e negativo”, por exemplo, estariam em desacordo com o que prega a *Salience Theory*, uma vez que aplicam diferentes valências para a mesma categoria e indicam posições distintas dentro das mesmas dimensões (Tarouco, 2007: 55). Assim como o MRG, consideramos que a presença dos temas nos programas traduzem, sim, as ênfases temáticas uma vez que ao utilizar essas posições distintas, podemos captar melhor a opinião do partido sobre determinada questão, ou seja, além de observar a ocorrência do tema seremos capazes de saber se o partido o interpreta de forma favorável ou não.

Outro conjunto de críticas está relacionado à utilização desse instrumento em democracias não europeias. Apesar dessas críticas, é possível observar que os domínios utilizados podem ser aplicados aos partidos de diferentes democracias e, embora, não contemplem algumas especificidades dos contextos nacionais e regionais, é válido na observação da abordagem de temas mais gerais, Tarouco (2007) e Castillo e Perez (2010), por exemplo, aplicaram o método no Brasil e no Uruguai e obtiveram resultados interessantes ao analisar os programas partidários desses países.

### **3.1- Os programas do PSDB**

Como dito anteriormente, ao longo de sua trajetória o PSDB apresentou três programas, os dois primeiros (1988 e 2001) já haviam sido classificados por Gabriela Tarouco em sua tese de doutorado, após estudá-los optamos por utilizar a classificação da pesquisadora. Para que houvesse consistência na análise comparativa dos programas anteriores e o de 2007, entramos em contato com Tarouco que prontamente se disponibilizou para contribuir com essa tese classificando o programa de 2007, classificação essa que foi comparada à nossa para que houvesse um critério de comparabilidade entre os demais programas analisados por Tarouco e apresentados em sua tese de doutorado e o de 2007. Ao comparar as duas classificações encontramos um alto grau de semelhança, houve coincidência em 97% das sentenças e semi-sentenças

---

<sup>9</sup> Ver Benoit e Laver (2006).

classificadas. Desse modo, consideramos a validade da técnica e optamos por utilizar o documento classificado por Tarouco.

A fim de melhor analisar os documentos, dividimos esse tópico em duas partes, na primeira (4.1.1) desenvolvemos a análise de acordo com o método do *MRG*. Na segunda parte (4.1.2) destacamos alguns detalhes dos programas, considerados relevantes para nossa análise.

A partir da análise de conteúdo dos três programas do PSDB chegamos a seguinte tabela onde são apresentadas as porcentagens das frequências de citações em cada um dos sete domínios:

**Tabela 1-** Porcentagem das ênfases programáticas do PSDB por domínio em cada um dos manifestos

Domínio	Programa		
	1988	2001	2007
1- Relações Exteriores	<b>3,6</b>	<b>6,6</b>	<b>5,1</b>
2- Liberdade e Democracia	<b>11,4</b>	<b>6,1</b>	<b>8,4</b>
3- Sistema Político	<b>12,5</b>	<b>13,9</b>	<b>22,8</b>
4- Economia	<b>23,9</b>	<b>22,0</b>	<b>23,1</b>
5- Bem estar e qualidade de vida	<b>15</b>	<b>15,8</b>	<b>12,3</b>
6- Estrutura da Sociedade	<b>0,2</b>	<b>5,6</b>	<b>6,0</b>
7- Grupos Sociais	<b>8,0</b>	<b>5,1</b>	<b>1,2</b>
0- Discrepantes	<b>25,4</b>	<b>24,9</b>	<b>21,1</b>
TOTAL (%)	100	100	100
N	(552)	(1871)	(676)

Fonte: Organização própria a partir dos dados de Tarouco (2007) e do programa partidário do PSDB de 2007.

O quadro geral por domínio, mostra que é possível observar uma variação das ênfases programáticas do partido ao longo do tempo, em alguns casos há uma mudança mais acentuada, em grupos sociais, por exemplo, onde há uma queda significativa, em outros a alteração é mais leve, no caso do domínio economia. Como dito anteriormente, os três programas do PSDB refletem diferentes momentos em sua trajetória. As frases discrepantes estão relacionadas principalmente às questões históricas, à justificativa do posicionamento do partido em alguns tópicos e a crítica aos seus adversários políticos.

Passaremos, agora, a analisar o enfoque enfático do partido em cada uma das categorias classificadas.

Relações Exteriores e Bem Estar e Qualidade de Vida são mais enfatizados em 2001 que nos demais programas. O destaque a estas temáticas crescem entre o primeiro

e o segundo programa e decrescem entre o segundo e o terceiro. Sendo que Relações Exteriores apresenta um crescimento mais acentuado que Bem Estar e Qualidade de Vida, entre o primeiro e o segundo programa enquanto este último apresenta um decréscimo mais acentuado quando observamos as diferenças entre o segundo e o terceiro programas. Por outro lado a ênfase em Liberdade e Democracia apresenta as menores porcentagens em 2001 e volta a crescer em 2007.

A trajetória das ênfases em Sistema Político e Estrutura da Sociedade é crescente, sendo que o primeiro tem uma forte ascensão entre o primeiro e o último programa, enquanto o segundo ascende mais entre o primeiro e o segundo programas, entre o de 2001 e o de 2007 cresce menos. Enquanto isso, podemos observar que as ênfases em Grupos Sociais decresce ao longo do tempo e o domínio 6 – Estrutura da Sociedade - cresce consideravelmente entre o primeiro e o segundo programa e se mantém estável entre o segundo e o terceiro.

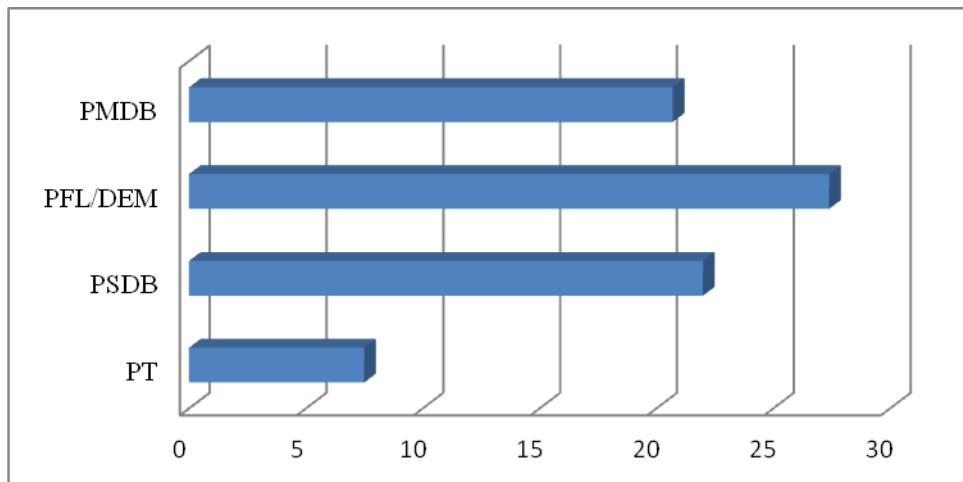
Deixamos para comentar o domínio 4, Economia, por último por ser um caso emblemático da identificação ideológica do PSDB. Esse tema é o que apresenta maior concentração enfática do partido, mesmo com o pequeno decréscimo no programa de 2001, ocupa lugar de destaque nos três documentos. A forte ênfase em Economia e a baixa concentração em Grupos Sociais e Bem Estar e Qualidade de Vida, refletem o caráter ideológico do PSDB, no caso de um partido social democrata poderíamos esperar maior ênfase em Bem Estar e Qualidade de Vida e Grupos Sociais e menor ênfase em Economia.

Ao tomarmos como exemplo os partidos brasileiros, cuja análise de manifestos se encontra na tese de Tarouco (2007). Observamos que as ênfases temáticas em economia são maiores no PFL/DEM, no PSDB e no PMDB que no PT<sup>10</sup>, o que assinala que os partidos de centro-direita enfocam mais a temática que partidos de esquerda. Como ilustramos com o gráfico a seguir.

---

<sup>10</sup> Para comparação foram utilizados os dados referentes à classificação do programa do PT de 1990; do DEM de 1995 e do PSDB de 2001.

**Gráfico 4- Ênfases no domínio Economia em diferentes partido brasileiros**



Fonte: Organização Própria a partir de dados de Tarouco, 2007.

Ainda corroborando com esse argumento, ao analisarem os programas dos partidos uruguaios, Castillo e Peres (2010), demonstram que o Partido Nacional (PN - conservador) enfatiza mais a economia que a Frente Ampla (FA - de centro-esquerda). De acordo com os dados dos autores enquanto o PN tem 36,2% de suas ênfases em economia a FA tem 23,8%.

Com relação às ênfases destacadas nos programas do PSDB, algumas diferenças podem ser observadas quando analisamos a tabela de domínios desagregados:

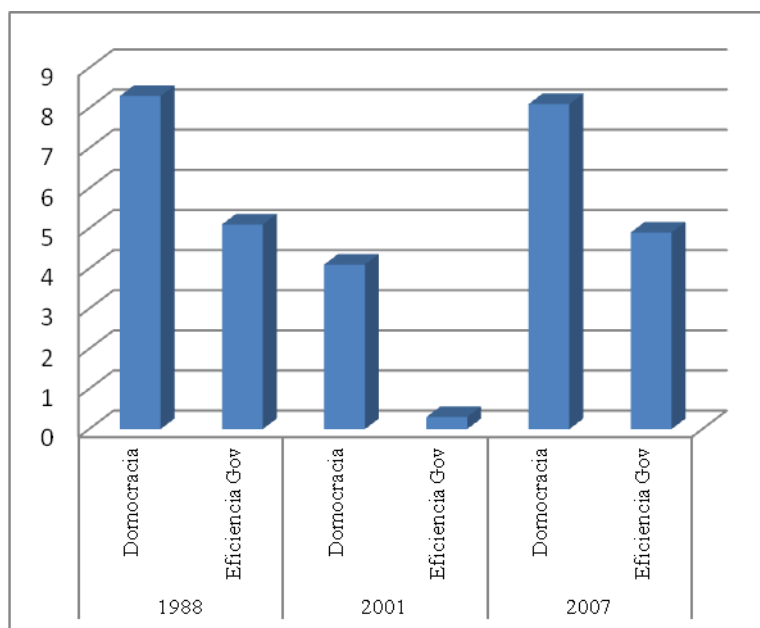
**Tabela 2- Ênfases temáticas do PSDB nos três manifestos**

Dominio/Categoria		1988	2001	2007
<b>0</b>	<b>Discrepantes</b>	<b>25,4</b>	<b>24,9</b>	<b>21,1</b>
101	EUA positivo	0	0,2	0
102	EUA negativo	0	0,3	0
103	Anti-imperialista	0	0,3	0
106	Paz	0,4	0,1	0,1
107	Internacionalismo positivo	3,3	5,5	5,0
109	Internacionalismo negativo	0	0,4	0
<b>Sub-total dom. 1</b>	<b>Relações Exteriores</b>	<b>3,6</b>	<b>6,6</b>	<b>5,1</b>
201	Liberdades e direitos humanos	0,5	0,1	0,3
202	Democracia	8,3	4,3	8,1
203	Contitucionalismo: positivo	1,8	0,8	0
204	Contitucionalismo: negativo	0,7	1,0	0
<b>Sub-total dom. 2</b>	<b>Liberdade e Democracia</b>	<b>11,4</b>	<b>6,1</b>	<b>8,4</b>
301	Descentralização	2,4	3,1	1,9
302	Centralização	0	0,1	0
303	Eficiencia Governamental e Administrativa	5,1	0,3	4,9
304	Corrupção	0,9	2,8	3,0
305	Autoridade Política	1,1	0	0,1
306	Instituições do Sistema Político	3,1	7,6	12,9
<b>Sub-total dom. 3</b>	<b>Sistema Político</b>	<b>12,5</b>	<b>13,9</b>	<b>22,8</b>
401	Livre iniciativa	0,9	0,1	0,1
402	Incentivos	0	1,8	2,8
403	Regulação do Mercado	0,5	1,1	0,6
404	Planejamento Economico	0	0,2	0
406	Protencionismo: positivo	0,9	0	0
407	Protencionismo: negativo	0,9	1,0	0
408	Metas Economicas	11,4	5,1	8,7
409	Gerenciamento keynesiano da demanda	1,4	0,9	1,9
410	Produtividade	2,9	1,9	2,2
411	Tecnologia e infra-estrutura	1,3	2,9	3,4
414	Ortodoxia econômica	3,3	7,7	3,4
416	Controle do Crescimento	0,4	0,4	0
<b>Sub-total dom. 4</b>	<b>Economia</b>	<b>23,9</b>	<b>22,0</b>	<b>23,1</b>
501	Proteção ambiental	1,8	1,1	1,2
502	Cultura	1,3	1,7	0
503	Justiça social	5,6	3,0	5,5
504	Expansão do welfare state	4,0	3,3	1,3
505	Limitação do welfare state	0	1,6	0
506	Expansão da educação	2,4	4,6	4,3
507	Limitação da Educação	0	0,5	0
<b>Sub-total dom. 5</b>	<b>Bem estar e qualidade de vida</b>	<b>15</b>	<b>15,8</b>	<b>12,3</b>
601	Estilo nacional de vida e comportamento: positiva	0	0	0,1
604	Moralidade tradicional: negativo	0	0,3	0
605	Lei e Ordem	0,2	4,9	5,9
606	Harmonia Social	0	0,4	0
<b>Sub-total dom. 6</b>	<b>Estrutura da Sociedade</b>	<b>0,2</b>	<b>5,6</b>	<b>6,0</b>
701	Classes trabalhadoras: positivo	3,1	0,2	0
703	Agricultura, agricultores	3,8	2,4	0
705	Minorias desprivilegiadas	0	1,0	0
706	Grupos demográficos não-econômicos	1,1	1,5	1,2
<b>Sub-total dom. 7</b>	<b>Grupos sociais</b>	<b>8,0</b>	<b>5,1</b>	<b>1,2</b>
<b>Total</b>	<b>%</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
	(N)	(552)	(1871)	(676)

Fonte: Organização própria a partir dos dados de Tarouco (2007) e do programa partidário do PSDB de 2007.

Como podemos notar, o Programa de 2001 destoa dos demais, a interpretação que podemos fazer é que isso se dá justamente por ser o programa lançado enquanto o partido ainda estava no poder. A seguir apresentamos as questões que apresentam maiores diferenças em relação aos outros programas. Os temas de Democracia e Eficiência Governamental e Administrativa são expostos no gráfico 5:

**Gráfico 5 - Ênfase em Democracia e Eficiência Governamental nos programas do PSDB**



Fonte: Organização própria a partir dos programas partidários do PSDB.

De acordo com os dados, os temas de Democracia e Eficiência Governamental sofrem uma redução significativa no programa de 2001 e voltam a crescer no programa de 2007.

No domínio 4: Economia, o programa de 2001 apresenta as menores porcentagens de citação em dois temas: Metas econômicas e Gerenciamento Keynesiano da demanda. Por outro lado, é nesse programa que aparece a maior ênfase no tema Ortodoxia Econômica.

Ao observar a classificação desagregada, constatamos que a ênfase em ortodoxia econômica no programa de 2001(7,7%) é praticamente o dobro do que o é nos programas de 1988 (3,3%) e 2007 (3,4%). No programa de 2001, existe uma parte significativa do texto onde as medidas econômicas ortodoxas são justificadas. De acordo com o documento tais medidas foram adotadas pela necessidade de estabilização da economia, ajuste das contas do governo e pela inserção do país no sistema global.

No domínio 6, Estrutura da Sociedade, é possível observar o aumento na ocorrência especialmente no sub-tópico Lei e Ordem.

Com relação aos Grupos Sociais, domínio 7, há uma significativa redução enfática, especialmente quando se trata da classe trabalhadora, o primeiro programa pregava:

O PSDB estará ao lado dos trabalhadores do campo e das cidades em suas justas reivindicações, não com a pretensão de conduzi-las, mas a fim de assegurar e incentivar a livre negociação entre patrões e empregados, com os meios próprios de luta dos assalariados, inclusive a greve, e as dimensões fundamentais da autonomia sindical: liberdade de organização sindical sem interferência do Estado, liberdade do trabalhador de aderir ou não ao sindicato, liberdade de atuação do sindicato na defesa de suas reivindicações, liberdade de filiação do sindicato a entidades de grau superior (Programa PSDB, 1988).

Essa temática desapareceu dos programas subsequentes. De modo semelhante, a temática dos agricultores foi reduzida do programa de 1988 para o de 2001 e desapareceu no de 2007.

O que percebemos é que o partido sempre apresentou forte ênfase na questão econômica e a redução na ênfase em algumas categorias, tais como grupos sociais, expansão do welfare state, demonstra que tais questões não são prioritárias nos programas do partido, elas se destacaram no momento de sua formação muito mais por uma questão contextual que por refletirem os ideais dos peessedebistas. Aqui reforçamos a hipótese que a escolha do nome e o posicionamento inicial estão muito mais ligados à questão contextual que ideológica.

A mudança do partido, observada durante os anos em que esteve à frente do Executivo Federal, foi, na verdade, em direção a uma posição que já existia, de modo latente. O PSDB nunca foi um partido social democrata *strictu sensu*, desde seu surgimento se mantém como um partido de notáveis, cuja ideologia econômica e social se aproxima mais do social liberalismo que da social democracia.

### **3.2- Os detalhes nos programas**

Os três documentos apresentam um ponto em comum: o PSDB se afirma social democrata e defende seu compromisso com os valores social-democratas, contudo suas prioridades programáticas vão contra essa afirmação, demonstrando que, de fato, se trata muito mais de uma questão retórica que de prática política.

O Programa de 1988, lançado com o partido, reflete muito claramente o contexto de sua criação: a efervescência política vivida no país, causada pela constituinte, pelo descontentamento com o governo Sarney e pela expectativa com as eleições



presidenciais de 1989. O programa organizado em 10 páginas apresenta as diretrizes básicas do partido e a justificativa para sua criação.

Dentre as frases discrepantes destacam-se as que o partido dirige fortes críticas ao governo Sarney, principalmente ao abandono do projeto social, ao clientelismo e aos planos econômicos inconsistentes.

Nesse documento, há uma forte ênfase nos valores e na importância da democracia, reflexo do contexto em que o documento foi elaborado: o processo de redemocratização ingressava em sua última etapa com a Constituinte, o período também era marcado pela expectativa da eleição presidencial de 1989.

Em 1988, o partido defende claramente o *parlamentarismo* como sistema de governo. Essa era uma das principais bandeiras peessedebistas durante a constituinte e, de acordo com seus fundadores, um dos principais pontos de divergências com demais peemedebistas, uma das motivações para a formação do novo partido. Contudo, com a vitória do Presidencialismo no Plebiscito de 1993<sup>11</sup>, o partido, embora, continuasse defendendo o parlamentarismo como o melhor sistema para o país, reconhece, e aceita, a opção popular pelo presidencialismo. O PSDB deixa de advogar em favor do parlamentarismo sai em defesa da necessidade de melhorar o presidencialismo.

O segundo programa do partido, divulgado em 2001, é bem mais extenso que o primeiro. Por ser elaborado no fim do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso o programa destaca as políticas adotadas enquanto esteve à frente do governo e argumenta que a postura do partido não se inclinara ao neoliberalismo, mas que se mantivera social democrata (Programa do PSDB, 2001). O programa enfatiza as reformas empreendidas por Fernando Henrique Cardoso, assim como os avanços promovidos por esse governo nos mais distintos campos - reforma do estado, econômica, reforma agrária, entre outros - e prega que os dois grandes desafios enfrentados pelo país eram: “a realidade da globalização e a necessidade de completar a reforma do decadente Estado nacional-desenvolvimentista”.

Parte considerável do texto é dedicada ao discurso acerca da globalização, e à crise do estado brasileiro, a fim de justificar a necessidade de mudanças e as reformas empreendidas pelo governo, mas sempre reafirmando o compromisso do partido com a social democracia.

---

<sup>11</sup> Em 1993 foi realizado o plebiscito para decidir sobre o sistema de governo do país. Nessa consulta a população iria decidir entre o regime de governo: monarquia ou república e se o sistema deveria ser presidencialista ou parlamentarista.

O programa de 2007, assim como o de 2001, enfatiza as medidas adotadas no governo Cardoso, destacando, sempre, os avanços produzidos pelas políticas adotadas durante os oito anos em que a coalizão liderada pelo PSDB esteve à frente do governo Federal. Nesse documento, além de defender os benefícios alcançados graças às políticas adotadas na era FHC, há uma forte crítica à política empreendida pelo PT, especialmente às práticas de corrupção que se tornaram públicas durante o governo petista. O documento denuncia, ainda, o clientelismo e o fisiologismo adotados no governo do adversário político.

Os programas de 2001 e 2007 apresentam uma considerável extensão do texto dedicado à defesa da reforma do sistema político. Nesse aspecto partido defende dois pontos: a lista fechada e o sistema proporcional distritalizado. Quanto ao primeiro ponto há uma forte crítica ao sistema proporcional de lista aberta, quanto a essa temática, o deputado peessedebista Bonifácio Andrada (PSDB/MG) fez uma proposta (PL nº 992/2003) defendendo a adoção da lista fechada. O segundo ponto destacado nos programas é a defesa do sistema proporcional distritalizado, embora enfatize a temática em seus programas, o partido nunca fechou uma posição acerca do assunto no Congresso Nacional.

Nos três programas o partido exalta os valores da social democracia e defende sua identidade social democrata. Nos dois últimos programas parte do texto classificado como discrepante está relacionado à defesa das políticas adotadas durante o governo FHC e à demonstração dos benefícios que tais políticas propo.

O que podemos observar é que há uma mudança na ênfase do PSDB, em algumas questões, especialmente no que tange aos Grupos Sociais, Estrutura da Sociedade e Economia. No caso da Economia notamos que o partido inclina-se para um posicionamento pró-mercado no programa lançado em 2001, enquanto reduz a ênfase em grupos sociais e estrutura da sociedade.

## **Considerações finais**

Ao observar os dados relativos ao encaminhamento dos líderes nas votações nominais, e auto-posicionamento, observamos que a hipótese corrente de que o partido mudou da centro-esquerda para a centro-direita é confirmada.

Ao analisar os documentos do partido ficou claro que há mudanças programáticas no que tange ao às questões Bem Estar e Qualidade de Vida e de Grupos Sociais. A ênfase nestas temáticas se reduz ao longo do tempo o que leva a crer que o posicionamento favorável a estas questões, em seu momento de fundação, esta mais ligada ao contexto que a uma característica do partido. É importante notar que há uma forte ênfase nas questões econômicas, desde seu surgimento, o que afasta o partido do perfil social democrata, que tanto reivindica.

A partir da análise dos documentos partidários, é possível observar que a postura adotada pelo partido, com relação à questão macroeconômica, considerado o principal indício de que teria se inclinado ao neoliberalismo, na verdade era um posicionamento defendido desde sua origem, constatado na grande ênfase atribuída à temática economia em seus manifestos e no posicionamento do partido em relação a essa temática em seus programas de governo. Ao analisarmos os documentos do partido encontramos mais continuidade que mudança, como será apresentado neste e no próximo tópico.

O que observamos é que, apesar da retórica, o PSDB nunca foi social democrata. De fato, a mudança observada no posicionamento de seus legisladores foi em direção à valores defendidos pelo partido desde sua fundação. Podemos considerar que o fato de estar mais alinhado com os partidos progressistas em seus primeiros anos não se tratou de uma questão programática, mas sim de uma questão contextual.

**APENDICE I -Grade de códigos para classificação das unidades de texto (frases)  
dos manifestos**

<b>Domínio 1 – Relações exteriores</b>		
101	EUA positivo	Menções favoráveis aos Estado Unidos; necessidade de cooperar com ou de ajudar esse país.
102	EUA negativo	Menções negativas aos Estados Unidos
103	Anti-Imperialismo	Referencias negativas ao exercício de forte influencia (política, militar ou comercial sobre outros estados, referencias negativas ao controle sobre outros países como se eles fossem parte de um império; menções favoráveis a descolonização,; referencias favoráveis a maior auto-governo e independência para colônias, referencias negativas à comportamento imperial do próprio país ou de outros. Auto-determinação, não intervenção, equilíbrio no poder mundial , não alinhamento.
104	Forças Armadas: Positivo	Necessidade de manter ou aumentar gastos militares; modernização das forças armadas e meloria da força militar; rearmamento e auto-defesa; necessidade de honrar obrigações de tratados militares; necessidade de assegurar recursos humanos adequados nas forças armadas. Defesa do território e integridade. Favorecimento dos militares.
105	Forças Armadas: Negativo	Menções favoráveis à redução de gastos militares, desamamento, males da guerra; promessas de reduzir o recrutamento ou poderes internos.
106	Paz	Paz como uma meta geral; declarações de crença NE paz e em melhor pacíficos de resolver crises; interesse em que os países entrem em negociações com países hostis
107	Internacionalismo: Positivo	Necessidade de cooperação internacional; cooperação com países específicos que não os Estados Unidos (codificados em 101); necessidade de ajuda a países em desenvolvimento; necessidade de planejamento mundial de recursos; necessidade de cortes internacionais; apoio a qualquer objetivo internacional ou estado mundial; apoio a ONU. Inclui referencias à ALCA e Mercosul, globalização como dado.
109	Internacionalismo: Negativo	Menções favoráveis à independência nacional e soberania como oposta ao internacionalismo. Inclui referencias à defesa dos interesses nacionais frente a outros países e organizações, inclusive ALCA e Mercosul e referências contra a globalização.
<b>Domínio 2 – Liberdade e Democracia</b>		
201	Liberdade e Direitos Humanos	Menções favoráveis à importância da liberdade pessoal e direitos civis; liberdade em relação ao controle burocrático; liberdade de expressão; liberdade em relação à coerção nas esferas política e econômica; individualismo. Acesso livre à informação, imprensa livre, comunicação democrática, liberdade de associação.
202	Democracia	Menções favoráveis à democracia como um método ou um objetivo no nível nacional e em outras organizações; envolvimento de todos os cidadãos no processo decisório e apoio generalizado à democracia no país. Soberania popular, redemocratização, anistia. Assembléia constituinte.
203	Constitucionalismo: Positivo	Apoio a aspectos específicos da constituição; uso do constitucionalismo como argumento para políticas assim como aprovação geral da via constitucional de ação. Assembléia constituinte.
204	Constitucionalismo: Negativo	Oposição à constituição em geral ou a aspectos específicos.

<b>Domínio 3 – Sistema Político</b>		
301	Descentralização	Apoio ao federalismo ou descentralização; mais autonomia regional para políticas ou economia; apoio à preservação de costumes e símbolos locais ou regionais; menções favoráveis a consideração especial para áreas locais; deferência a competência/qualificação de especialistas locais. Inclui referências ao peso dos estados, positivo ou negativo.
302	Centralização	Oposição a processo deisório político nos níveis políticos mais baixos; apoio a mais centralização em procedimentos políticos e administrativos. Inclui referências à integração do território, e referência contra guerra fiscal. Inclusive na repartição de receitas.
303	Eficiência Governamental e Administrativa	Demanda por eficiência e conomicia no governo e na administração; redução do funcionalismo público; melhoria dos processos governamentais; apelo geral para tornar o processo de governo e administração mais barato e mais efetivo.
304	Corrupção	Necessidade de eliminar corrupção e abusos associados a ela, na vida política e publica e na administração. Transparência da administração e medidas para coibir corrupção.
305	Autoridade Política	Menções favoráveis a governo forte, incluindo estabilidade de governo, competência do partido para governar e/ou falta dessa competência em outros partidos.
306	Instituições do Sistema político	Referências ao sistema eleitoral, sistema partidário, sistema de governo, relações entre os poderes em qualquer nível.
<b>Domínio 4 – Economia</b>		
401	Livre Iniciativa	Menções favoráveis a capitalismo de livre iniciativa; superioridade da iniciativa/investimento individual sobre a estatal e sistemas de controle; menções favoráveis a direitos de propriedade privada, iniciativa/investimento e empreendimento pessoal; necessidade de empreendimentos/ investimentos individuais desimpedidos
402	Incentivos	Necessidade de políticas salariais e tributárias para induzir investimento; encorajamento para novos empreendimentos; necessidade de incentivos financeiros e de outros tipos como subsídios. Apoio à pequena empresa
403	Regulamentação do Mercado	Necessidade de regulações para fazer empresas privadas funcionarem melhor, ações contra monopólios e trustes e em defesa do consumidor e pequenos negócios, encorajamento da competição econômica; economia social de mercado
404	Planejamento Economica	Menções favoráveis a planejamento econômico de longo prazo de natureza consultiva ou indicativa, necessidade de o governo criar tal plano.
405	Corporativismo	Menções favoráveis à necessidade de colaboração entre empregadores e organizações sindicais no planejamento econômico geral e em direção à forma tripartite (governo, empregadores e sindicatos).
406	Protecionismo: Positivo	Menções favoráveis à extensão ou manutenção de tarifas para proteger mercados internos; outros protecionismos domésticos econômicos tais como restrições por cotas
407	Protecionismo: Negativo	Apoio ao conceito de livre comercio, internamente ou nas relações internacionais (p. ex. Alca)
408	Metas Economicas	Declarações da intenção de buscar quaisquer metas econômicas não cobertas por outras categorias do domínio 4. Esta categoria é criada para captar um interesse geral dos partidos em economia e cobre uma variedade de metas econômicas. Inclui referências a: contas externas, cambio, inflação, desemprego, juros, relações comerciais com outros países ou organizações, desigualdades regionais, dívida externa, estabilidade.
409	Gerenciamento Keynesiano da demanda	Política econômica orientada pela demanda; política devotada à redução de depressões e/ou a aumentar a demanda privada através do aumento da demanda pública e/ou através do aumento dos gastos sociais. Renda mínima, seguro desemprego.
410	Produtividade	Necessidade de encorajar ou facilitar maior produção; necessidade de tomar medidas para auxiliar tal aumento da produção; apelo por maior produção e importância da produtividade para a economia; aumento do comercio exterior; paradigma do crescimento. Inclui referências a crescimento e desenvolvimento
411	Tecnologia e Infra-estrutura	Importância da modernização da industria e métodos de transporte e comunicação; importância da ciência e d desenvolvimento tecnológico na indústria; necessidade de treinamento e pesquisa. Isso não implica educação em geral (v.506). Inclui

		referências a treinamento técnico. Energia.
412	Economia controlada	Necessidade geral de controle governamental da economia; controle sobre preços, salários e aluguéis, etc; invenção estatal no sistema econômico.
413	Nacionalização	Menções favoráveis à propriedade governamental, parcial ou completa incluindo propriedade governamental da terra.
414	Ortodoxia econômica	Necessidade de ortodoxia econômica tradicional, ex. redução de déficits orçamentários, redução de gastos em crises, parcimônia (reservas) e economia; apoio a instituições econômicas tradicionais, como mercado de ações e sistema bancário; apoio a moeda forte. Inclui referências a: políticas de ajuste fiscal, endividamento do estado, austeridade, equilíbrio fiscal, falência do modelo nacional-desenvolvimentista e/ou sua reforma, privatizações.
415	Análise marxista	Referências positivas (tipicamente mas não apenas por partidos comunistas) ao uso específico da terminologia marxista-leninista e análise de situações que de outra maneira não poderiam ser codificadas. Socialismo, uso de categorias marxistas na análise; formas coletivas de propriedade; anti-capitalista.
416	Controle do crescimento	Menções favoráveis a políticas anti-crescimento e economia estatal regulada; ecologismo; política verde; desenvolvimento sustentável.
<b>Domínio 5 – Bem-estar e Qualidade de vida</b>		
501	Proteção ambiental	Preservação da zona rural, florestas, etc; preservação geral de recursos naturais contra interesses privados; uso apropriado dos parques nacionais; melhoria ambiental.
502	Cultura	Necessidade de prover equipamentos públicos culturais e de lazer, incluindo artes e esporte, necessidade de empregar recursos em museus, galerias de arte, etc; necessidade de encorajar atividades proveitosas de lazer e méis de cultura de massa. Turismo.
503	Justiça social	Conceito de igualdade; necessidade de tratamento justo de todas as pessoas; proteção especial para desprivilegiados; necessidade de justa distribuição de recursos, remoção de barreiras de classe; fim da discriminação racial, sexual, etc. Inclui referências a: concentração de renda, medidas distributivas, inclusão social, ação afirmativa, redução das desigualdades.
504	Expansão do Welfare State	Menções favoráveis à necessidade de introduzir, manter ou expandir qualquer serviço social ou projeto de seguridade social; apoio a serviços sociais como serviços de saúde ou de habitação. Inclui referências a: questões urbanas, problemas sociais, políticas sociais. Essa categoria exclui educação.
505	Limitações do Welfare State	Limitações do gasto com serviços e seguridade social. Ajuste da Previdência
506	Expansão da Educação	Necessidade de expandir e/ou melhorar a provisão educacional em todos os níveis. Esta exclui treinamento técnico, codificado como 411.
507	Limitação da Educação	Limitação dos gastos em educação. Ajuste nas Universidades públicas
<b>Domínio 6 – Estrutura da sociedade</b>		
601	Estilo nacional de vida e comportamento: positiva	Apelos ao patriotismo e/ou nacionalismo; suspensão de algumas liberdades para proteger o estado contra subversão; apoio a idéias nacionais estabelecidas. Inclui referências à soberania nacional. Identidade nacional, interesses nacionais contra estrangeiros, contra a exploração pelo e a dependência do capital estrangeiro
602	Estilo nacional de vida e comportamento: Negativo	Contra patriotismo e/ou nacionalismo; oposição ao estado nacional.
603	Moralidade tradicional: Positiva	Menções favoráveis a valores morais tradicionais; proibição, censura e supressão da imoralidade e do comportamento indecente; manutenção e estabilidade da família; religião. Contra aborto, divórcio, a favor da pena de morte
604	Moralidade tradicional: Negativa	Oposição a valores morais tradicionais, apoio ao divórcio, aborto, etc. Contra pena de morte.
605	Lei e Ordem	Cumprimento de todas as leis; ações contra o crime; apoio e recursos para a política; atitudes mais duras nos tribunais. Inclui referências a: violência e criminalidade; segurança pública, narcotráfico, inclusive internacional, ações ilegais na política, justiça, exceto a do trabalho, codificada em 701, ministério

		publico. Combate à impunidade.
606	Harmonia social	Apelo a esforço Nacional e solidariedade; necessidade de que a sociedade se veja como unida apelo ao vigor público; condenação de atitudes anti-sociais em tempos de crise; apoio ao interesse público. Harmonia inclusive entre classes.
607	Multiculturalismo: positivo	Diversidade cultural, pluralidade cultural e preservação da autonomia da herança lingüística e religiosa no país, incluindo serviços educacionais especiais.
608	Multiculturalismo: negativo	Cumprimento ou encorajamento da integração cultural.
<b>Domínio 7 – Grupos sociais</b>		
701	Classes trabalhadoras: positivo	Referências favoráveis a grupos trabalhistas, classe trabalhadora, desempregados; apoio a sindicatos; bom tratamento de trabalhadores manuais e outros tipos. Direitos dos trabalhadores, liberdade sindical, salários.
702	Classes trabalhadoras: Negativo	Abuso de poder dos sindicatos.
703	Agricultura, agricultores	Apoio à agricultura e fazendeiros, qualquer política que vise especificamente beneficiá-los. Inclui referências a trabalhadores rurais e seus direitos, política agrícola e à reforma agrária.
704	Classe média e grupos profissionais	Referências favoráveis à classe média, grupos profissionais, como médicos ou advogados; antiga e nova classe média. Inclui valorização do servidor público. Defesa do serviço público.
705	Minorias disprivilegiadas	Referências favoráveis a minorias disprivilegiadas que não são definidas nem em termos econômicos nem em termos demográficos. Ex. deficientes, incapazes, homossexuais, imigrantes, refugiados, etc.
706	Grupos demográficos não econômicos	Menções favoráveis a, ou necessidade de, assistência às mulheres, idosos, jovens, grupos lingüísticos, etc; interesse especial em grupos demográficos de todos os tipos; negros, índios; cotas
<b>000</b>	<b>Discrepantes</b>	Frases que não se enquadram em nenhuma categoria das anteriores. Descrições de conjuntura, narrativas históricas, assuntos internos ao partido, frase de conteúdo muito vago, dados estatísticos.

*Apud: Tarouco, 2007.*

## Referencias Bibliográfica

BENOIT, K.; LAVER, M. 2006. *Party policy in modern democracies*. Milton Park: Abingdon, Oxon; New York: Routledge.

CASTILLO, Marcelo e Veronica Perez. 2010. “Esencia y espacio: análisis de los programas del Frente Amplio y el Partido Nacional en las elecciones nacionales de 2009”. In Daniel Buquet y Niki Jhonson (Coord.) *Del Cambio a la Continuidad. Ciclo Electoral 2009-2010 en Uruguay*. Montevideo: Fin Del siglo.

COUTO, Claudio G.e Frnando Abrucio. 2003. “O segundo governo FHC: Coalizões, agendas e instituições”. In *Tempo Social*. Novembro.

KITSCHOLT, H. 1994. *The Transformation of European Social Democracy*. New York, Cambridge University Press.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando. 2001. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

LAMOUNIER, Bolivar e Rubens Figueiredo (orgs.). 2002. *A era FHC, um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados.

TAROUCO, Gabriela. 2007. *Os Partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda*. Tese de doutorado defendida em março de 2007 no IUPERJ.

TAVARES, José Antônio Giusti (org) (2003). *O que esperar da Social Democracia no Brasil?* Brasília: Instituto Teotônio Vilela.

WARE, Alan. (1995). *Political Parties and Party Systems*. New York: Oxford University Press.